

**A CORRIDA CHINESA EM BUSCA DE ENERGIA:  
A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ENERGÉTICA CHINESA EM DIREÇÃO À ÁFRICA,  
AMÉRICA DO SUL E BRASIL.**

Alexandre César Cunha Leite (UEPB)  
alexandre.leite@ccbsa.uepb.edu.br

Ellene Martins de Lira (UEPB)  
[ellenemlira@hotmail.com](mailto:ellenemlira@hotmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo analisa o processo de cooperação no campo energético entre Brasil e China, tendo em vista a participação de ambos como países emergentes no sistema internacional de cooperação em busca do desenvolvimento. O principal objetivo consiste em analisar os empecilhos que desestimulam os esforços para expandir a cooperação no campo de energia entre a China e a região sulamericana, e com o Brasil especificamente. Conclui-se que a cooperação energética é um arranjo estratégico estimulado por ambos os Estados, notadamente pela China, como forma de assegurar o crescimento econômico e ampliar a inserção internacional, pretendendo, assim, ambos os países, se projetarem como atores assertivos e influir nas mudanças do sistema e das instituições internacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cooperação internacional, Segurança Energética, Brasil, China.

**Abstract:** This paper analyses China-Brazil energy industry cooperation processes, in the framework of their roles as emerging powers in the international system of cooperation for development. It intends to analyse possible obstacles to the expansion of energy industry cooperation between China and South America - particularly with Brazil. We conclude that energy cooperation is a strategic process stimulated by both states, but especially by China, as a mechanism to ensure economic growth and increase international integration with the ultimate intention of projecting themselves as assertive international actors and influence the changes in system and in international institutions.

**Key-words:** International cooperation; Energy security; Brazil; China.

## **Introdução**

A China tem merecido o termo “grande potência” quando se leva em consideração seu extenso território, dinamismo populacional, força militar e, não menos importante, suas altas taxas de crescimento econômico. O crescimento exponencial da China, iniciado na década de 1980, especialmente nos anos 1990, e que ainda se mantém, tem propiciado consequências de diversas naturezas, dentre outras: Deslocamento, degradação ambiental, geração de renda em regiões rurais, crescimento das cidades, maior inclusão da população no mercado de trabalho e, particularmente, grande demanda de insumos produtivos e fontes de geração de energia. Estas consequências afetam, entre outras variáveis, a demanda de bens de consumo por parte da população, o fluxo de investimento estrangeiro e, caminhando em direção ao foco do presente estudo, a necessidade cada vez maior de recursos naturais.

Essa média anual de crescimento econômico se manteve nos últimos 30 anos na casa dos 9% a.a., incluindo o recorde de 15,2% observado no ano de 1984 (IPEA, 2009). Esse crescimento converteu o país em um dos maiores importadores de insumos energéticos, requerendo dos governantes e dos tomadores de decisão especial atenção na procura por recursos energéticos, particularmente, petróleo.

A China atravessa um período de desenvolvimento intensivo em energia devido à alta concentração da produção no setor industrial. Mas também são fatores relevantes a superprodução, porém, pouco eficiente em termos de geração de energia, do carvão e o acesso a fontes e supridores de energia. Assim, torna-se um imperativo nacional o acesso a fontes de recursos geradores de energia que sustentem a continuidade do crescimento e permitam a estabilidade política do regime (LYRIO, 2010) e (LEITE, 2011).

Diante do acima exposto, esse artigo tem o objetivo de discutir o interesse chinês em forjar uma agenda de cooperação energética com o Brasil, considerando a perspectiva de oportunidade de intercâmbio de investimentos que transcende uma política focada na defesa de interesses nacionais, mas também uma política industrial e produtiva visando a manutenção do crescimento por intermédio do acesso a recursos produtivos obtidos de forma eficiente, seja na parceria na geração seja na troca comercial.

Ainda, deve-se levar em conta questões derivadas dessa relação de cooperação estratégica entre Brasil e China, tais como: Quais fatores desestimulam os esforços para expandir a cooperação no campo de energia entre a China e o Brasil? Argumenta-se que a China, na década de 1990, já estava mais interessada no potencial do Brasil como fornecedor de matéria prima agrícola do que em propostas de cooperação do sistema energético. Além disso, a distância territorial e o desconhecimento mútuo entre os dois países tem-se mostrado um empecilho para o sucesso dos projetos empreendidos.

A cooperação energética entre Brasil e China, como objeto de estudo, gera a possibilidade de contribuir para produção acadêmica, em um esforço de identificar possibilidades de cooperação para o desenvolvimento, assim como identificar as articulações realizadas entre os Estados a fim de aumentar seus graus de coordenação política e econômica. A importância do tema chama atenção para a necessidade de se promover debates ao que Bruno Ayllón chamou de “benefício de contar com as reflexões e contribuições de um país como o Brasil” (AYLLÓN, 2006). O autor citado chama a atenção para o esforço de cooperação entre os países emergentes, originando o que se convencionou chamar de cooperação Sul-Sul. Aqui, parte-se do pressuposto, fazendo coro ao exposto por Ayllón

(2006) de que cooperação é um conjunto de atuações de caráter internacional realizadas pelos atores públicos e privados, entre países de diferentes níveis de renda, para promover o progresso econômico e social dos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) e conseguir um progresso mais justo e equilibrado no mundo.

Assim, é nesse contexto que a China enquadra a sua presença no hemisfério Sul no âmbito da cooperação Sul-Sul, posicionando-se como parceiro e constituindo-se uma alternativa da dinâmica Norte-Sul suplantada aos países ocidentais da América do Sul (MENDES, 2010).

Desta maneira, cooperação Sul-Sul se apresenta para a China como uma estratégia para garantir matéria-prima necessária ao desenvolvimento, ou seja, para assegurar sua segurança energética e, por conseguinte, sua segurança estatal, “uma vez que a sustentação do regime chinês se dá, em grande medida, graças ao intenso crescimento econômico gestado nas últimas décadas” (BUZAN apud OLIVEIRA e SOUZA E ANDRADE, 2012: 5). Para tanto, Pequim tem-se utilizado de investimentos em infraestrutura nos países receptores em troca dos recursos naturais fundamentais para sua economia.

Este artigo se divide em quatro partes. A primeira contextualiza a atual dinâmica política de segurança energética da China no cenário mundial. Deve-se levar em consideração que a questão energética para a China é questão de segurança, uma vez que o abastecimento de bens básicos e insumos produtivos passam a ser prioritários na manutenção do crescimento, da estabilidade política e na inclusão de parcela significativa da população como mercado consumidor. Para tanto, observa-se aqui que a estratégia chinesa de aproximação junto aos países detentores de energia, no sentido de criar relações comerciais entre essas nações faz parte de uma grande estratégia. Considera-se, então, aqui, relevante tratar da aproximação chinesa com o continente africano e latinoamericano, vislumbrando que o intuito desta descrição é exclusivamente demonstrar o ímpeto chinês na busca de fornecedores de recursos primários energéticos. A segunda parte se propõe a discutir a política energética chinesa com os países da América do Sul. Na terceira parte, analisam-se os processos de cooperação no setor de energia entre Brasil e China, mostrando as diversas visões que caracterizam os dois países na condução da parceria estratégica nos últimos anos. Finalmente, nas considerações finais, busca-se avaliar os empecilhos encontrados nas relações de cooperação energética entre os países em questão. Argumenta-se que esse processo de expansão política e de penetração econômica faz parte de uma estratégia global dos chineses, que inclui o resto da América do Sul e muitos países da África.

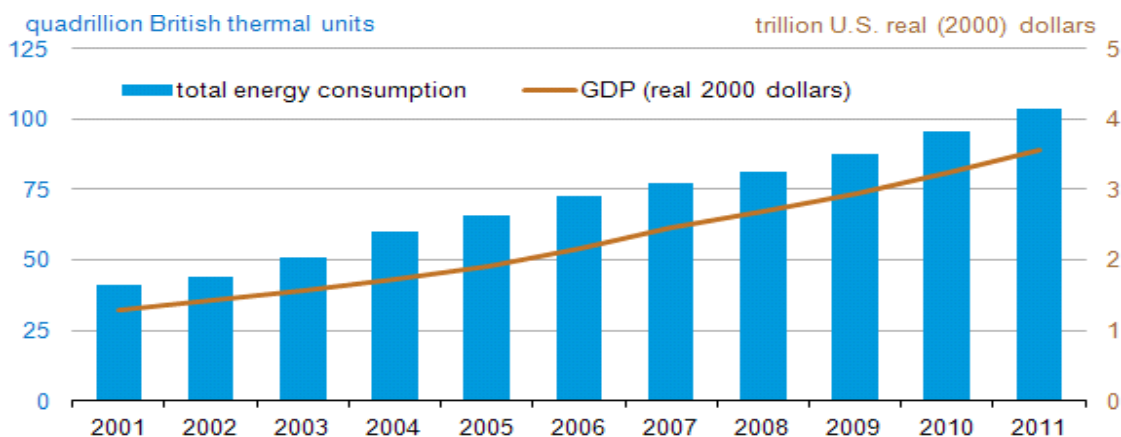
## 1. Segurança energética da China

Com o processo de industrialização e a desigualdade dos recursos energéticos em nível mundial, era de se esperar que um forte sentimento de insegurança sobre o fornecimento de energia no futuro tenha-se alastrado, principalmente, em regiões onde a situação energética é crítica, como no caso da região asiática. Denomina-se crítica, aqui, uma situação na qual se observa uma forte tendência de crescimento das economias que, por sua vez, induz o crescimento da demanda por recursos energéticos, porém, a oferta não corresponde à demanda efetiva. Além disso, há temores de que a escassez ou interrupções no fornecimento ou obtenção desses recursos possam mitigar o crescimento econômico e a criação de emprego resultando em ameaça na estabilidade política da região (LEITE, 2011).

A necessidade cada vez maior de importar recursos energéticos a fim de garantir a fabricação de produtos de alta tecnologia e crescimento econômico tem provocado ansiedades, tornando o assunto tema de segurança nacional. A partir de 2008, essas ansiedades foram agravadas com a subida dos preços da energia e das matérias primas industriais. Desde então, o aumento dos preços e a insegurança quanto ao abastecimento têm reemergido como principais preocupações econômicas na Ásia e, em particular, na China. (FERCHEN, 2011).

A economia chinesa cresceu a uma taxa média de 10% nos últimos 35 anos. Esse crescimento tem como grande responsável (não exclusivamente) o setor produtivo-industrial, sendo esse o principal fator explicativo do aumento do consumo de energia. Segundos os dados do EIA 2012, a China passou a ser o maior consumidor mundial de energia e continua aumentando seu nível de gasto energético, conforme pode ser visualizado no quadro a seguir.

Tabela 1 – A economia chinesa impulsiona o consumo de energia.



Fonte: World Bank, BP Statistical Review of World Energy, 2012.

Consequentemente, a segurança energética, elemento essencial para garantir os atuais níveis de desenvolvimento e resguardar sua projeção de influência mundial e sua estabilidade política interna deixou de ser uma questão de *low politics*, convertendo-se em uma questão de *high politics*.

Para alimentar seu crescimento, a China adota uma política coerente e eficaz no que diz respeito a sua necessidade energética, estabelecendo como uma de suas prioridades políticas o abastecimento em matérias primas; desta forma, energia e recursos naturais passam então a ser incluídos na sua agenda estratégica e econômica.

Em termos gerais, a política energética chinesa pode ser analisada a partir do plano interno e externo. No plano interno, o país tem procurado desenvolver fontes de energia alternativas e que garantam a segurança do meio ambiente por meio de projetos de desenvolvimento de energias renováveis, nuclear e maior utilização de gás natural.

A China está na lista dos dez países que mais investem em energias renováveis. O país tem a maior capacidade instalada de energia eólica do mundo, com capacidade de geração de 42 GW, o segundo maior produtor de eletricidade a partir de energia eólica, e o maior produtor mundial de energia hidrelétrica em 2010 (EIA, 2012).

Apesar destes indicadores, a China reconhece que depende do comércio internacional para utilização de fontes de energia a fim de garantir as necessidades da indústria nacional. Dada sua dependência de parceiros comerciais para importação dos recursos energéticos, assim como a vulnerabilidade que isto gera, a diversificação é uma prioridade da política externa chinesa (SOARES, 2005).

Recentemente, a competição por esses recursos naturais está mais complexa, especificamente quando se fala em petróleo. A China, que em meados dos anos 1960, apresentava estrutura de autossuficiência do hidrocarboneto passou a importar este insumo no início dos anos 1990 graças, em grande medida, ao rápido crescimento do consumo.

A China importa, desde os anos 1990, mais de metade do petróleo que consome, tornando-se o segundo maior consumidor da *commodity* do mundo e que, segundo o relatório anual emitido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e de Tecnologia da Corporação Chinesa de Petróleo (CNPC), o país continuará aumentando sua taxa de importação líquida do hidrocarboneto (VADELL, 2007).

Assim, Pequim tem buscado novas alianças com países que dispõe de amplos recursos energéticos a fim de assegurar maior volume e previsibilidade no suprimento externo de energia e como meio de garantir o crescimento de sua economia. Diante do anteriormente

narrado, observa-se que o país tem sido forçado a diversificar suas fontes de importação. Além de manter sua tradicional política com o Golfo pérsico, uma parcela cada vez maior dessa importação tem-se concentrado na África, mas também em países da América Latina (ENCINA, 2006).

Nessa intensificação de atuação em diversas regiões, destacam-se a África e alguns países da América Latina, no que se refere ao suprimento de petróleo e gás natural. A região africana e a América do Sul detêm grandes reservas e potencialidades, e, ao mesmo tempo, apresentam competição mais reduzida entre as grandes potências mundiais, quando comparadas com o Oriente Médio.

El principal factor de acercamiento de Pekín al continente africano es el acceso a sus recursos energéticos, principalmente petróleo. Das décadas de crecimiento económico sostenido ha entrañado una creciente necesidad de energía, de minerales estratégicos y de recursos naturales. En 20 años el consumo general de recursos en el país asiático se ha multiplicado por 3,6, el de petróleo por 3,7, el de gas natural por 3,2 y el de carbón por 3,4. Entre 1990 y 2001, el consumo de petróleo aumentó un 100% y la demanda de gas natural un 140%. (ENCINA, 2006: 3)

O engajamento chinês com o continente africano foi o que mais assumiu relevância ultimamente. A região representa uma significativa fonte de matérias primas, não apenas de petróleo e ferro, mas de cobre, cobalto, entre outros. Atualmente, Angola é o principal parceiro comercial africano da República Popular da China (RCP), com movimentação anual de mais de 18 bilhões de dólares (FOCAC, 2011). O Oriente Médio continua o principal fornecedor de petróleo. A Arábia Saudita e o Irã foram, no ano passado, ao lado de Angola, os três maiores abastecedores de petróleo ao gigante asiático.

Desde a intervenção dos Estados Unidos no Oriente Médio, respaldada pela “guerra ao terror”, a relevância percentual da região no fornecimento de matérias primas foi prejudicada nos últimos anos enquanto cresce a importância da África. Cabe aqui ceder a palavra a Visentini (2011) no intuito de corroborar a afirmação acima:

Quando os Estados Unidos iniciaram uma grande intervenção na Ásia Central e no Oriente Médio, em função da "guerra ao terrorismo", os interesses chineses foram gravemente afetados. Havia projetos de oleodutos e gasodutos em marcha nessas regiões, e a segurança energética foi ameaçada. Para evitar confrontos com Washington, Pequim procurou um espaço onde sua inserção fosse menos onerosa diplomaticamente. Esse espaço era a África e, em menor medida, a América do Sul (VISENTINI, 2011: 140).

A área de importação inclui, principalmente Nigéria, Angola e Guiné Equatorial, que hoje representam mais de 75% do petróleo produzido na África, segundo a *US Energy Information*

*Administration*. Além disso, as importações de hidrocarbonetos no Golfo da Guiné têm custos de produção relativamente baixos, superiores apenas aos do Oriente Médio (PAUTASSO, OLIVEIRA, 2008).

Essa porcentagem reflete não somente a importância de atores subsaarianos no mercado energético mundial, mas também o fato de que em particular a região que vai da Nigéria a Angola se tornou um espaço de interesse geopolítico vinculado à segurança energética da China.

A ascensão histórica chinesa, no entanto, tem sido crescente e bem sucedida, mesmo em zonas de influência dos EUA, como a América do Sul. Vale salientar que essa aproximação com países da América do Sul tem provocado discussões sobre a influência da China na região, gerando um debate teórico político acerca de possíveis pretensões hegemônicas<sup>1</sup>.

Na América do Sul, os objetivos da China no tocante ao petróleo e gás apontam fundamentalmente para dois países: A Venezuela e o Brasil. A Venezuela, que está entre os 10 maiores exportadores mundiais de petróleo, tem sido, na região, um país em potencial para a diversificação das fontes de abastecimento energéticas chinesas. Em contrapartida, para a Venezuela, os negócios com Pequim podem oferecer uma oportunidade de pluralizar suas exportações de petróleo, altamente dependente dos Estados Unidos.

No que se refere ao Brasil, para a China, a aproximação sempre foi almejada pela importância do país dentro da região dado sua economia, território e relativo avanço tecnológico, além de ser uma parceria estratégica e constar nas metas de política externa brasileira. Assim, o Brasil, focado em uma política externa voltada para construção de uma imagem de país com economia promissora procura alcançar um espaço como potência, inicialmente regional e posteriormente como protagonista internacional. Tendo em vista esse intuito, nada melhor do que estar atrelado, política, econômica e, particularmente, comercialmente, a outra postulante a potência global. No tópico seguinte, conforme já informado, procura-se delinear como vem-se dando a relação entre China e América do Sul no quesito cooperação na área energética.

---

<sup>1</sup>Para mais informações ver: VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A novíssima China e o Sistema Internacional, Revista de Sociologia e Política. vol.19 supl.1 Curitiba Nov. 2011. Disponível em: Revista de Sociologia e Política. vol.19 supl.1 Curitiba Nov. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000400009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000400009&script=sci_arttext).

## **2. China na América do Sul: Cooperação no setor energético**

Ainda no século XIX surgiram debates no meio internacional a respeito do que hoje se chama de cooperação. O termo que veio a ser conhecido e expandido pelos países mais desenvolvidos a partir do Plano Marshall<sup>2</sup> e de tantas outras iniciativas para reconstrução dos Estados afetados pela Segunda Guerra Mundial tem experimentado, em termos de conceituais, mudanças em função das políticas e acontecimentos históricos.

Hoje, como prática comum nas relações internacionais, a cooperação tem-se tornado estratégia de influência e busca por poder, em grande medida, para os países do eixo Sul-Sul. Desta forma, cooperação Sul-Sul surge a partir da iniciativa dos países em desenvolvimento que buscam, com suas relações políticas e econômicas e na integração regional, o desenvolvimento econômico, assim como uma alternativa ao diálogo Norte-Sul (MENDES, 2010).

Como todos os fenômenos sociais e políticos, a cooperação deve ser percebida como um processo que integra todas as dimensões das relações entre sociedades no plano internacional: Segurança estratégica, geração de riqueza, o acesso a recursos naturais, segurança ambiental, saúde, ordem social, entre outras. Ou seja, do ponto de vista econômico, a cooperação tem repercussões sobre diversas questões, mais detidamente, para esse estudo, questões de segurança (SATO, 2010).

A partir desse ponto de vista, a presença chinesa na região da América do Sul reflete suas prioridades: Assegurar o acesso a recursos energéticos e, conseqüentemente, manter os níveis de desenvolvimento econômico e estabilidade política nacional, além de garantir o estatuto de potência em nível internacional (MENDES, 2010) e (LEITE, 2011).

O Relatório de Modernização da China (2008), divulgado em 2008, destacava que a República Popular da China (RPC) deveria investir em relações com Estados que fossem inovadores, tivessem muitos recursos, grande população, que fosse amigável e uma postura proativa nas relações internacionais, voltados para uma nova forma de relação entre as nações que não a tradicional relação Norte-Sul. Assim, os recursos naturais e a população dos países do Sul são fatores explicativos para a consolidação da presença chinesa na região, uma vez que garantem condições privilegiadas de acesso a fontes energéticas, notadamente petróleo e gás (MENDES, 2010).

---

<sup>2</sup> Com o final da Segunda Guerra Mundial, muitos países ficaram destruídos. Era necessário muito investimento financeiro para a reconstrução destes países. Neste contexto, foi criado, nos Estados Unidos, pelo então secretário de Estado George Marshall, um plano econômico cujo principal objetivo era possibilitar a reconstrução dos países capitalistas. A ajuda foi feita, principalmente, por meio de empréstimos financeiros.



Desta maneira, a abordagem chinesa para a região se tornou questão de segurança energética, ou segurança estatal, uma vez que a manutenção do regime chinês se dá, em grande medida, devido ao intenso crescimento econômico instituído nas últimas décadas. (BUZAN apud OLIVEIRA, 2012)<sup>3</sup>.

O crescimento das classes urbanas, a baixa quantidade de terras agricultáveis e a limitada oferta de recursos energéticos, contudo, vêm impondo um grande desafio de levar adiante o desenvolvimento chinês, ligado à necessidade de suprir a oferta de matérias-primas e energia. (RIBEIRO, 2010).

Desde os projetos industrializantes pós Revolução Comunista até as reformas instituídas por Deng Xiaoping, a industrialização foi o meio pelo qual o gigante asiático conseguiu dar continuidade a sua expansão. A partir de 1978, deu-se ao início da era Deng Xiaoping marcada pelo comprometimento chinês com a modernização, passando o desenvolvimento e a segurança a ter maior peso que a ideologia como fatores-chave da política externa. Foi implementado um programa de reformas no setor industrial, agrícola, tecnológico e das forças armadas. Esse programa ficou conhecido como as quatro grandes modernizações. (BECARD, 2011).

A indústria, porém, exige uma grande soma de matérias primas disponíveis. O modelo de desenvolvimento chinês requer a criação de um sistema de consumo de energia e recursos naturais difícil de sustentar. Para gerar 10 mil yuans<sup>4</sup> de PIB, a China gasta com energia aproximadamente três vezes mais que a quantidade média mundial, nível muito maior de consumo do que o observado nos países mais industrializados (JIANG, 2009).

A participação da Ásia no mercado mundial de energia aumentou de 6,5% para 11,5% no período compreendido entre 1973 a 2006. Segundo a *International Energy Agency*. Em 2007, a RPC aumentou seu consumo energético em 5,3%. Segundo o estudo da BP Global, o país sozinho responde por 71% do crescimento mundial do consumo de energia e, desde 1998, registra uma tendência ininterrupta de aumento de necessidade de matriz energética, quando absorveu 917,4 milhões de TEP (toneladas equivalente de petróleo). O que significa dizer que em dez anos o consumo mais que dobrou, apresentando variação de 103%. (BRITISH PETROLEUM, 2011).

O carvão é a maior base de matriz energética no país. Possuindo a terceira maior reserva desse insumo, o país se apresenta como maior produtor e consumidor nos últimos anos (EIA, 2012b), porém o carvão como recurso energético apresenta alguns inconvenientes

---

<sup>3</sup> Cabe ainda destacar as contribuições de Lyrio (2010) e Leite (2011).

<sup>4</sup> Moeda oficial da China. Equivalente a 1,5 mil dólares.

como baixa eficiência energética, dificuldades de transporte, além de altos riscos ao meio ambiente e aos trabalhadores.

Ao longo das últimas décadas, deve ser dado destaque à procura chinesa por petróleo, principalmente, devido a sua importância estratégica na produção industrial, e devido a uma insuficiente reserva doméstica para as necessidades de consumo do país. Essa demanda chinesa por petróleo gerou mudanças no regime de importações do país, ou seja, houve uma flexibilidade nas licenças e parcerias do Estado com as empresas privadas (NOEL e MEIDAN, 2005), no sentido de alargar os meios de fornecimento e o número de fornecedores. Como ressaltam os autores supracitados, as companhias Estatais CNPC, Sinopec, CNOOC e Sinochem têm aberto seus mercados a investidores estrangeiros para exploração, refino e outros serviços no setor petroquímico.

É importante frisar que há também uma tendência de crescimento no consumo de gás. Segundo a *US Energy Information Administration*, embora o uso de gás natural representasse menos de 4% do total de consumo do país de energia primária, em 2009, o consumo do combustível está aumentando rapidamente na China. O governo chinês tem feito a expansão das usinas movidas a gás natural bem como de transmissão de energia em regime de prioridade estratégica, claro, visando a manutenção do seu crescimento.

Essa demanda de energia e matérias-primas vem levando o país a aproximações diplomáticas com diversos países e continentes no sentido de atender à necessidade industrial interna. Dado o rico potencial da África e da América Latina em energia, minerais e outros recursos, é natural que as empresas chinesas vejam os continentes africanos e sulamericanos como uma nova peça chave na engrenagem que mantém sua economia em pleno funcionamento.

A China e os países da América do Sul com finalidades comuns de se consolidar como potências regionais e internacionais, ao mesmo tempo em que integram interesses em aumentar seus espaços de influência em organizações multilaterais, tais como Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial (BM), entre outras, buscam fortalecer laços políticos, econômicos e formalizar acordos estratégicos em alianças entre o que se denominou multilateralismo do sul. Este desenvolvimento de laços políticos e econômicos de Pequim com países latinoamericanos têm crescido substancialmente. Como destaca Cornejo (2005), as relações diplomáticas da China com a América Latina refletem um esforço chinês para garantir, além de mercado para seus produtos e apoio diplomático na disputa com Taiwan, uma garantia na obtenção de recursos energéticos para a indústria chinesa.

A China, em troca de obtenção de energia e matéria prima, tem investido na região. Em muitas ocasiões, “investimentos em infraestrutura são feitas em troca da exploração direta desses recursos no país receptor ou como forma de garantia de venda destes produtos para os chineses” (BECARD, 2010, p. 172). “Outros investimentos têm sido na modernização de portos, rodovias, gasodutos, canais, e meios de transporte, além da manutenção de rotas para transporte de petróleo e matérias primas” (BADER, 2009: 12)<sup>5</sup>.

A América do Sul vem-se destacando nas relações comerciais com o gigante asiático. Chile é o principal produtor mundial de cobre (BNDES, 2011) e as exportações desse mineral se concentram em direção a China. O Brasil, o segundo maior produtor de ferro do mundo (IBRAM, 2010), também exporta o produto para a China. A exemplo desses, tantos outros programas têm sido desenvolvidos com Argentina, Bolívia, Peru e Colômbia envolvendo setores de mútuo interesse como biotecnologia, biocombustíveis, energia nuclear e polos tecnológicos. Esses projetos, em geral, são empreendidos por empresas transnacionais ativas no setor energético.

Os investimentos chineses em petróleo tem sido a força motriz das relações com os países do sul. A CNPC, companhia petrolífera chinesa, desenvolve projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural em Equador, Peru e Venezuela. Também, a Sinopec, a segunda maior empresa de energia da China e com forte presença na América do Sul, opera em Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela (CEPAL, 2007). As empresas citadas acima, juntamente com a Sinochem, *China National Petroleum corporation* (CNPOC) e *China National Oil and Offshore Corporation*, buscam aumentar os fluxos de exportação de fontes energéticas. Por fim, países produtores de etanol e biodiesel, tais como Brasil, Colômbia e Argentina, têm sido motivo de cobiça chinesa com o intuito de suprir a vulnerabilidade de matriz energética do setor produtivo.

Por fim, os governos dos países citados assinaram um acordo para aumentar o fornecimento de petróleo venezuelano ao país asiático. A *China National Petroleum Corporation* (CNPC), ainda, assinou um acordo com a empresa venezuelana Petróleos de Venezuela (PDVSA) de US\$ 350 milhões para investir em 15 campos petrolíferos na província de Anzoátegui e mais US\$ 60 milhões em projetos de gás natural, tendo ainda firmado uma *joint-venture* com a PDVSA para desenvolver campos na bacia do rio Orinoco. (CEPAL, 2007).

---

<sup>5</sup> Há estudos do IPEA, particularmente voltados ao Brasil, que tratam dos IDE chineses em plantas no país. Contudo, os trabalhos de Vadell (2007), Aciolly (2009) e Cunha (2009) tem ressaltado o volume de IDE chineses para outras nações sul-americanas.

Os fatores acima citados dão ideia de como o relacionamento chinês com a América do Sul tem ganhado novo ímpeto nos últimos anos, principalmente após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio em 2001<sup>6</sup>. A região se tornou um fornecedor estratégico de recursos naturais, especialmente petróleo, haja vista sua dimensão de reservas petrolíferas e a conseqüente aproximação nas relações políticas e econômicas entre o governo chinês e os países da região, propiciando um ambiente favorável às pretensões energéticas chinesas, em um setor estratégico e cobiçado. Cabe agora, seguindo o ritmo programado, descrever as relações sinobrasileiras em direção a uma parceria estratégica no setor de energia.

### 3. **Relações sinobrasileiras no setor energético**

Para o Brasil e a China, o interesse em forjar uma agenda internacional sob a perspectiva de governança global e desenvolvimento representa uma grande oportunidade de intercâmbio de investimentos que, por sua vez, transcende uma política focada na defesa de interesses nacionais, mas caminha no sentido de uma visão mais ampla do interesse dessas nações de exercer um papel protagonista de agente da mudança, principalmente por meio de estratégias econômicas, vislumbrando o crescimento de investimentos em inovação e tecnologias renováveis.

A China é atualmente um forte parceiro comercial do Brasil e se anuncia como uma das grandes fontes de investimento estrangeiro, principalmente nas áreas de tecnologia e geração de recursos básicos. As duas economias apresentam semelhanças em suas estruturas industriais e em muitos aspectos enfrentam os mesmos desafios na escolha e na administração de futuras trajetórias tecnológicas. Para a China, a aproximação com o Brasil sempre foi almejada pela importância do país dentro da América Latina, dado sua economia, território e relativo avanço tecnológico. O Brasil, por sua vez, marcado pela política externa voltada para construção de uma imagem de país com economia promissora procura alcançar o lugar de potência global, por meio da busca por mercados em diferentes regiões do globo, justificando, assim, a aproximação das relações com a China. Becard (2008) coloca da seguinte forma:

Na busca por recursos energéticos, matérias-primas e mercados para seus exportadores e investidores – considerados imprescindíveis para se vencerem no tabuleiro econômico –, e por apoio político – na defesa de interesses comuns em fóruns multilaterais –, os chineses se aproximaram dos países africanos e dos latino-americanos e, em particular, do Brasil (BECARD, 2008: 211).

---

<sup>6</sup> A Organização Mundial do Comércio aprovou, em 2001, o ingresso da China, após quinze anos de negociação. A decisão foi tomada no segundo dia da reunião ministerial da OMC em Doha, no Catar.

A matriz energética tem uma forte expressão na relação da RPC com o Brasil. Companhias estatais de Brasil e China têm atuado conjuntamente na cooperação energética. Como exemplo, tem-se a Sinopec (*China Petroleum & Chemical Corporation*) e a Petrobrás, que tem atuado nas atividades de exploração e produção de petróleo desde os anos 1980, compartilhando competências nas áreas tecnológicas, comerciais e gerenciais.

Nos últimos anos, principalmente a partir do governo Lula, que marcou o auge do processo de aproximação bilateral Brasil-China, verifica-se que algumas empresas brasileiras como Petrobrás, Andrade Gutierrez, Companhia do Vale do Rio Doce, entre outras, têm atraído o interesse do governo chinês, atendendo as perspectivas de encorajar a troca de experiências e tecnologias nos setores de exploração de petróleo em águas profundas.

Recentemente - 2009, a Petrobrás assinou dois memorandos de entendimento e um contrato de venda de 60 mil a 100 mil barris de petróleo por dia com a Sinopec (GUIMARÃES, 2003). Também foi estabelecida a parceria com a Sinopec para exploração de petróleo no mar da China oriental e na costa brasileira, criando perspectivas promissoras, mesmo que esses acordos sejam realizados em ritmo inferior ao desejado pelo Brasil.

Desde o início dos anos 2000, a expectativa do governo brasileiro de atrair investimentos chineses no setor de energia cresce vertiginosamente. A ação chinesa em regiões produtoras de petróleo consiste em: (i) Financiamentos de projetos de infraestrutura; (ii) fornecimento de empréstimos, doações ou realização de compra e/ou troca da venda de petróleo; (iii) oferta de serviços dos bancos chineses para financiar projetos de infraestrutura; (iv) incentivar o turismo chinês e ainda, (v) possibilidade de fornecimento de mão de obra própria na construção de obras (BECARD, 2010).

A empresa brasileira Petrobrás tem-se beneficiado com a política chinesa no quesito concessão de empréstimos e intercâmbio de conhecimento na área petrolífera. Em 2004, a empresa firmou acordo com a chinesa Sinopec para explorar, produzir, refinar petróleo e comercializar produtos petroquímicos<sup>7</sup>. Inserido nesse acordo, está a construção de gasodutos e a assistência técnica chinesa na recuperação de campos maduros de petróleo no Brasil, com a assistência técnica brasileira nas perfurações de água profunda no mar da China.

---

<sup>7</sup> A Petrobrás e Sinopec assinaram em 2004, um memorando de entendimento com a intenção de construir um Gasoduto do Nordeste (Gasene) para ligar o nordeste e o sudeste do Brasil, com investimentos estimados em US\$ 1,3 bilhões. Tal gasoduto possibilitaria à China diversificar suas fontes energéticas na região em favor do gás natural. Também os projetos da Termelétrica Candiota III, e o projeto hidrelétrico Belo Monte e Jirau eram investimentos que deveriam ser viabilizados através do “Programa Público- Privados” (PPP) que se encontrava em preparação nos anos 2004 e 2005 (BIATO JR, 2010).

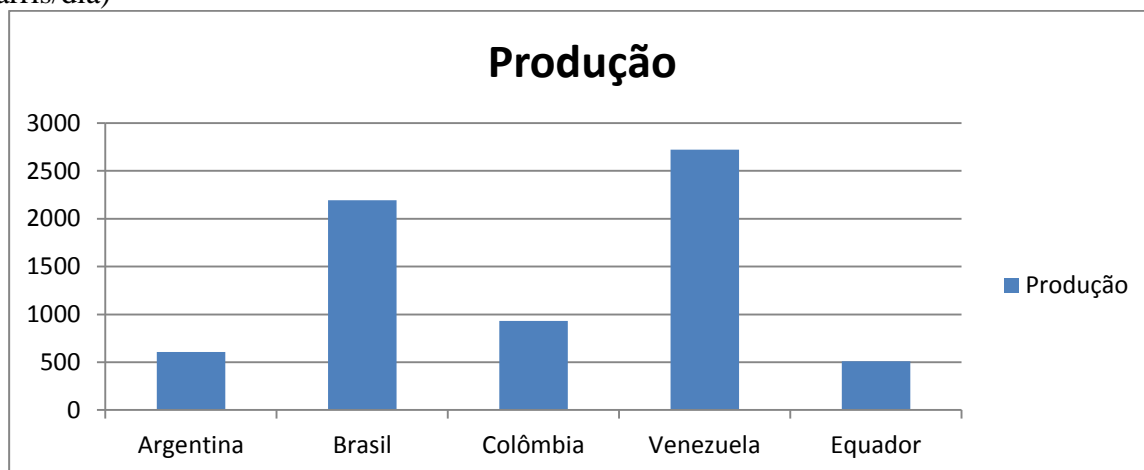
Destaca-se, igualmente, o interesse em combinar a exploração de carvão de coque (tipo de combustível derivado do carvão mineral que pode ser usado na produção de ferro) na China com a exploração de minério de ferro e a produção de aço e alumínio no Brasil, por meio da associação entre a Baosteel e a CVRD com a *Chinesa Aluminium Company* (CHALCO).

O quadro atual desses investimentos citados ainda é complexo, com algumas associações e projetos em vias de andamento, outros estão sendo revistos e uma terceira categoria apresenta problemas de viabilidade, segundo ressalta Biato Jr. (2010).

Na visita do presidente Luis Inácio Lula da Silva à China, em 2009, foi anunciado um Plano de Trabalho sobre cooperação em ciência, tecnologia e inovação entre o Ministério da ciência e tecnologia dos dois governos para campos de bioenergia e biocombustíveis. Nesse Plano de trabalho, vários acordos de cooperação foram assinados e incentivados pelos dirigentes políticos, uma vez que as relações sinobrasileiras têm crescido de forma extraordinária<sup>8</sup>.

Com as grandes descobertas da denominada camada “pré-sal”, o Brasil produziu em 2011, 2,193 milhões de barris de petróleo /dia (BRITISH PETROLEUM, 2011), o que o posiciona como o segundo maior produtor de petróleo da América do Sul.

Gráfico 1: Os cinco maiores produtores de petróleo sul americanos em 2011(em milhares de barris/dia)<sup>9</sup>



Fonte: Dados retirados de BP Statistical Review of World Energy 2012. Elaboração própria.

<sup>8</sup> Ver Leite (2012) – Cooperação Sul-Sul e Desenvolvimento integrado como diretrizes da política externa brasileira: uma análise do plano de ação conjunta Brasil-China. *Revista Monções* (prelo).

<sup>9</sup> Inclui o petróleo bruto, óleo de xisto, areias de petróleo e LGN (o conteúdo líquido de gás natural, onde este é recuperado em separado). Exclui os combustíveis líquidos a partir de outras fontes, como a biomassa e derivados de carvão.

O gráfico acima demonstra que o Brasil está em posição privilegiada na produção de petróleo, atrás apenas da Venezuela, atraindo dessa maneira a atenção da RCP como forte parceiro estratégico. Além da grande produção, o Brasil almeja tornar-se um importante exportador de petróleo e gás natural, assegurado pela produção de hidrocarbonetos em alto mar (*Offshore*), o “pré-sal”, donde poderão ser extraídas (segundo estimativas oficiais do governo brasileiro) dezenas de bilhões de barris de petróleo e milhares de bilhões de metros cúbicos de gás natural, possibilitando que o país seja um potencial fornecedor de petróleo para a China, haja vista o interesse chinês em aprofundar as relações com o Brasil (SOUZA, 2010).

Dentro dessa linha de pensamento, a China, com seu potencial de crescimento econômico, não deixa de representar uma grande oportunidade para a ampliação das relações econômicas entre Brasil e China. Porém, o relacionamento sinobrasileiro, assim como para toda a região da América do Sul no setor energético, apesar de promissor, não tem mostrado ainda resultados significativos. A intenção das empresas brasileiras de se engajarem em muitos dos projetos empreendidos não trouxe grandes resultados para o Brasil, gerando certa decepção por parte dos empresários brasileiros, basicamente devido a lentidão e a excessiva burocratização chinesa. Existem ainda muitas barreiras por parte da China que impedem a entrada de empresas brasileiras no território chinês, apesar de o país ser um grande produtor de alimentos e energia, necessário ao crescimento acelerado chinês (BIATO JR, 2010).

Historicamente, alguns fatores têm desestimulado os esforços para expandir a cooperação no campo de energia entre Brasil e China. Desse, ressalta-se aqui dois fatores que contribuem para esses nítidos resultados decepcionantes: Em primeiro lugar, a China, já em 1995, estava mais interessada no potencial do Brasil como fornecedor de matéria prima agrícola do que em propostas de cooperação do sistema energético. Em segundo lugar, a distância territorial e o desconhecimento mútuo entre os dois continentes tem-se mostrado um empecilho para o sucesso dos projetos empreendidos.

A década dos anos 90 assistiu ao primeiro ciclo de desenvolvimento da parceria estratégica sinobrasileira, vale ressaltar por especial expectativa da parte brasileira, que propôs à China várias iniciativas de cooperação com potencial interesse em dois pontos: reativar o programa CBERS (*Chinese-Brazilian Earth Resource Satellite*) e estimular cooperação no campo energético. Neste último, o programa chinês de expansão de geração de energia elétrica deu novo impulso à parceria sinobrasileira.

Os chineses, à época, estavam mais interessados em aumentar o fornecimento de minério de ferro por parte da empresa Vale do Rio Doce, do que adquirir serviços brasileiros de construção de usinas hidrelétricas. Além disso, estavam mais interessados em estabelecer parceria para fornecimento de produtos agrícolas brasileiros do que em propostas feitas pelo Brasil de cooperação na construção e operação de portos de águas profundas (BIATO JR, 2010).

O Brasil tentou vender serviços de construção da usina hidrelétrica de Três Gargantas à China, projeto esse orçado em 27 bilhões de dólares e que sobrepujaria a capacidade de Itaipu. Mas, no decorrer dos anos, delineava-se a opção chinesa em evitar comprar pacotes fechados oferecidos pelo Brasil para as obras de geração e transmissão de energia, alegando o lado chinês falta de apoio ao componente financeiro ao projeto por parte do Estado brasileiro (BIATO JR, 2010).

Além da frustrada expectativa brasileira de garantir participação real na construção de hidrelétricas na China nas décadas de 1990, soma-se a isso a falta de um volume mais expressivo de investimentos recíprocos que tem dificultado o relacionamento da região latinoamericana com o gigante asiático.

As oportunidades de cooperação entre a China e o Brasil são, sem dúvida, enormes. Por outro lado, exemplos concretos de cooperação efetiva têm sido extremamente raros e essa lacuna se deve, essencialmente, à falta de informações de parte a parte (GONSALES, 2003, p. 135).

A persistência do desconhecimento recíproco de realidades particulares e as limitações físicas e culturais apontam para a existência de um quadro ainda frágil na construção de avanço das relações sinobrasileiras. Contudo, faz parte dos objetivos da política externa de ambos países estreitar essa relação, sobretudo, em uma parceria técnica.

### **Considerações Finais**

País pobre em recursos naturais - ao menos em relação a sua numerosa população - a China, desde meados dos anos oitenta, tem privilegiado mudanças em sua política externa por meio de maior aproximação diplomática com diversos Estados e com empresas estrangeiras privadas a fim de garantir acesso à energia e, conseqüentemente, dar continuidade ao seu desenvolvimento econômico.

Esta aproximação tem gerado preocupação por parte chinesa à medida que a dependência externa do suprimento energético tem aumentado consideravelmente. A



perspectiva de que a economia dependa da regularidade do fornecimento de energia se tornou matéria de política interna e externa do governo chinês.

Com isso, as relações bilaterais com a África e a América Latina, mais detidamente, América do Sul, tem sido reforçadas nos últimos anos, em grande medida, devido à vulnerabilidade chinesa no quesito energia, ao passo que estes continentes são grande produtores desses suprimentos. Além disso, a iniciativa chinesa vai além, pois visa à criação de uma esfera de influência e de parcerias estratégicas que podem reorganizar as forças do sistema internacional.

Com a América do Sul, em particular, o governo chinês estabeleceu como metas a obtenção de recursos energéticos, matérias-primas e mercados para seus exportadores, além de apoio na questão de Taiwan e apoio político mútuo em fóruns internacionais.

Os resultados de sua presença na região foi crescimento do comércio entre China e países latinoamericanos, com concentração das trocas com poucos produtos e parceiros - Brasil, com 30%, e México, Chile, Argentina, Panamá, Peru e Venezuela, com 50% do total dos intercâmbios (BECARD, 2011).

No que se refere aos investimentos chineses, os setores que mais tem-se beneficiado com os investimentos chineses na região são os setores de infraestrutura e transporte, tais como a modernização de portos, rodovias, gasodutos e canais, além de investimentos chineses na manutenção de rotas de transporte de petróleo e matérias primas.

Em relação às barreiras que impedem maior cooperação entre Brasil e China, destacam-se o interesse da RPC no Brasil, sobretudo como fornecedor de matéria prima e não como potencial parceiro nos projetos de cooperação energética, a exceção da cooperação com a Petrobrás que tem adquirido mais resultados positivos. A distância territorial e o desconhecimento de realidades mútuas também têm adquirido caráter de empecilho para o sucesso das expectativas brasileiras e chinesas. Os conhecimentos mútuos notadamente insuficientes dificultam a possibilidade de ampliar a cooperação entre ambos, a questão linguística e as divergências culturais são evidentes obstáculos que ainda precisam ser superados.

Analisando a evolução da política externa chinesa, percebe-se notadamente o interesse em assegurar segurança energética, alargar sua lista de parceiros comerciais e expandir seu prestígio no cenário internacional. Por parte brasileira, o esforço em expandir seu mercado em diferentes regiões e maximizar seu poder de barganha em fóruns internacionais.

Logo, pode-se perceber que, nos últimos anos, as fragilidades na condução da política externa do Brasil com a China ainda persiste e dificulta os avanços nas relações sino-brasileiras, porém a perspectiva de cooperação tem adquirido novo caráter, favorecendo o interesse em construir uma agenda de mais qualidade para a cooperação.

## Referências

AYLLÓN, Bruno. (2006) O sistema internacional de cooperação ao desenvolvimento e seu estudo nas relações internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. **Revista econômica de relações internacionais da FAAP**, São Paulo, 4 (8). Disponível em: <[www.fAAP.br/revista\\_faap/rel\\_internacionais/pdf/revista\\_economia\\_08.pdf](http://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/revista_economia_08.pdf)>. Acesso em: 11 de novembro de 2012.

BADER, Julia. (2009) **Understanding China's Foreign policy: a political economy perspective**. German Development Institute. Disponível em: <[http://citation.allacademic.com/meta/p\\_mla\\_apa\\_research\\_citation/3/1/0/8/8/pages310880/p310880-1.php](http://citation.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/3/1/0/8/8/pages310880/p310880-1.php)>. Acesso em 13 de novembro de 2012.

BECARD, Danielly Silva Ramos. (2010) Cooperação e comércio entre Brasil e China durante o governo Lula. In: OLIVEIRA, Henrique A. (coord.). **China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios**. Curitiba, Juruá, p.163-92.

BECARD, Danielly Silva Ramos. (2008) **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília, FUNAG.

BECARD, Danielly Silva Ramos. (2011) O que esperar das relações Brasil-China? In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 19 (Suplementar, nov): 31-44.

BIATO JUNIOR, Oswaldo. (2010) **A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília, Funag.

BIJIAN, Zheng. (2005) "China's Peaceful Rise to Great-Power Status". **Revista Foreign Affairs**, 84 (5).

BNDES.(2011) **Pesquisas e Estudos Técnicos destinados à avaliação técnica, econômico-financeira e jurídico-regulatória de soluções destinadas a viabilizar o sistema logístico ferroviário de carga entre os portos do sul/sudeste do Brasil e os Portos do Chile**. Disponível em: <[www.bndes.gov.br/arqs/corredor\\_bioceanico/Produto%204A%20Parte%20IB.pdf](http://www.bndes.gov.br/arqs/corredor_bioceanico/Produto%204A%20Parte%20IB.pdf)>. Acesso em 17 de outubro de 2012.

BRITISH PETROLEUM. (2011) **Statistical Review of World Energy – 2011**. Disponível em <[www.bp.com/assets/bp\\_internet/globalbp/globalbp\\_uk\\_english/reports\\_and\\_publications/statistical\\_energy\\_review\\_2011/STAGING/local\\_assets/pdf/statistical\\_review\\_of\\_world\\_energy\\_full\\_report\\_2012.pdf](http://www.bp.com/assets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2011/STAGING/local_assets/pdf/statistical_review_of_world_energy_full_report_2012.pdf)>.

CEPAL. (2007) **Infraestrutura na América do Sul: situação atual, necessidades e complementaridades possíveis com o Brasil**. Trabalho realizado por Antônio José Cerqueira Antunes, no âmbito do Convênio PNUD/CEPAL/NAE. Disponível em:

<[www.eclac.org/publicaciones/xml/2/32302/LCBRSR186AntonioJoseCerqueiraAntunes.pdf](http://www.eclac.org/publicaciones/xml/2/32302/LCBRSR186AntonioJoseCerqueiraAntunes.pdf)>. Acesso em 12 de novembro de 2012.

CESARIN, Sergio M. (2009) **China e Índia em América latina y El Caribe: enfoques comparados de inserción regional**. Curitiba, Editora Juruá.

CORNEJO, Romer. (2005) **América Latina ante el Crecimiento Económico de China**. INTAL, Buenos Aires. Disponível em: <[www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/ponencias/Foro\\_REDEALAP\\_2005\\_16\\_Cornejo.pdf](http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/ponencias/Foro_REDEALAP_2005_16_Cornejo.pdf)>. Acesso em 13 de novembro de 2012.

EIA. (2012) **Country analysis brief on China**. Disponível em: <[www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=CH&trk=p1](http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=CH&trk=p1)>. Acesso em 06 de outubro de 2012.

EIA. (2012) **Economic growth continues to drive China's growing need for energy**. Disponível em: <[www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=8070](http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=8070)>.

ENCINA, Carlota García. (2006) **La Política Africana de Pekín: ¿oportunidad o amenaza?** Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos.

FERCHEN, Matt. (2011) As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração? **Revista de Sociologia e Política**. 19 (supl.1), Curitiba. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782011000400008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782011000400008&script=sci_arttext)>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

FOCAC- YONG, Lu. (2011) **China's Trade Rush with Africa**. Disponível em: <[www.focac.org/eng/zfgx/t820242.htm](http://www.focac.org/eng/zfgx/t820242.htm)>. Acesso em 17 de novembro de 2012.

GONSALES, Hildebrando. (2003) Oportunidades de cooperação na indústria petroquímica. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Brasil e China multipolaridade**, Brasília: IPRI, FUNAG. Textos apresentados no seminário Brasil-China, Rio de Janeiro, 1999.

GUIMARAES, Samuel Pinheiro. (2003) **Brasil e China: Multipolaridade**. Brasília. IPRI, FUNAG. Textos apresentados no seminário Brasil-china, Rio de Janeiro, 1999 Disponível em: <[www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas\\_par1\\_cap2.pdf](http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_par1_cap2.pdf)>. Acesso em 08 de outubro de 2012.

IBRAM. (2011) **Informações e análises da Economia Mineral Brasileira**. Instituto Brasileiro de Mineração. 6ª Ed. Disponível em: <[www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00001455.pdf](http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00001455.pdf)>. Acesso em 17 de novembro de 2012.

IPEA. (2009) **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa econômica aplicada. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Livro\\_SociedadeeEconomia.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Livro_SociedadeeEconomia.pdf)>. Acesso em 09 de Outubro de 2012.

JIANG, Wenran. (2009) Fuelling the dragon: China's rise and its energy and resources extraction in Africa. **The China Quarterly**, p. 587-609.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha. (2011) **O projeto de desenvolvimento econômico chinês - 1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos**. Tese de Doutorado (Ciências Sociais/Relações Internacionais). São Paulo: PUC/SP.

LYRIO, Mauricio Carvalho. (2010) **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília, FUNAG.

MAGALHÃES, Thais Quezado Soares. (2009) **A cooperação técnica entre países em desenvolvimento na política externa do governo Lula (2003-2006): o Brasil e o continente africano**. Monografia (Especialização em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <[http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1092/1/2009\\_ThaisQuezadoSoaresMagalh%C3%A3es.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1092/1/2009_ThaisQuezadoSoaresMagalh%C3%A3es.pdf)>. Acesso em 12 de novembro de 2012.

MENDES. Carmem Amado. (2010) A china e a cooperação sul-sul. **Revista Relações Internacionais**, p. 39- 45.

NOËL, Pierre & MEIDAN, Michael. (2005) **L'Approvisionnement energetique de la Chine: marches et politique**. IFRI. Disponível em: <[www.ifri.org/files/CFE/PN\\_Chine\\_Energie\\_MarchesPolitiques.pdf](http://www.ifri.org/files/CFE/PN_Chine_Energie_MarchesPolitiques.pdf)> - Acesso em 27 de setembro de 2012.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de (Org.). (2010) **China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios**. Curitiba, Juruá.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. (2005) **Política Externa Brasileira**. São Paulo, Saraiva.

OLIVEIRA, Márcio. (2007) **O dragão chinês contra a crise- China só faz crescer. E sonha em ser a maior potência econômica do mundo**. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1513:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1513:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em 13 de novembro de 2012.

OLIVEIRA, Henrique; SOUZA E ANDRADE Maria Eduarda. (2012) **Dinâmicas da cooperação sul-sul sino africana: o caso de Angola**. Programa de iniciação científica da UEPB.

OPEC. (2012) **Share of world Crude oil reserves 2011**. Disponível em: <[www.opec.org/opec\\_web/en/data\\_graphs/330.htm](http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm)>. Acesso em 17/09/12.

PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas Kerr de. (2008) A segurança energética da China e as reações dos EUA. **Revista Contexto Internacional** 30 (2). Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/cint/v30n2/v30n2a04](http://www.scielo.br/pdf/cint/v30n2/v30n2a04)>. Acesso em 17 de outubro 2012.

RIBEIRO, Valéria Lopes. (2010) A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, 9 (2) Disponível em: <[www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/223/138](http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/223/138)>. Acesso em 06 de outubro de 2012.

SATO, Eiti. (2010) Cooperação internacional: componente essencial nas relações internacionais. **Revista Eletrônica de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, 4 (1): 46-57.

SIMÕES, Mariangela. (2011) **Cooperação em energia Brasil e países africanos**. Painel apresentado no 12º Encontro Internacional de Energia. São Paulo, 16 de agosto. <[www.fiesp.com.br/energia/pdf/tema2-painel4-mariangela-simoes.pdf](http://www.fiesp.com.br/energia/pdf/tema2-painel4-mariangela-simoes.pdf)>. Acesso em 24/09/2012.

SOARES, Fernanda Assunção. (2005) A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento. **Conjuntura Internacional**. PUC/Minas, 20 de setembro.

SOUZA, Leonardo Silveira. (2010) **A diplomacia do petróleo e a internacionalização das companhias petrolíferas chinesas**, Mestrado em Economia Mineral. Departamento de Engenharia de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

VADELL, Javier. (2007) As implicações políticas da relação China- América do Sul no século XXI. **Cena Internacional**, Brasília, 9 (2.). Disponível em: <<http://132.248.9.1:8991/hevila/CENAIInternacional/2007/vol9/no2/6.pdf>>. Acessado em 01 de outubro de 2012 às 20:19.

VILLELA, Eduardo Viegas Meirelles. (2004) **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**. Grupo de Estudos da Ásia- Pacífico, PUC/SP. Disponível em <<http://www.cebc.org.br/sites/500/521/00001496.pdf>>. Acessado em 05/06/2012.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. (2011) A novíssima China e o sistema internacional. **Revista de Sociologia Política**. 19 (supl.1).